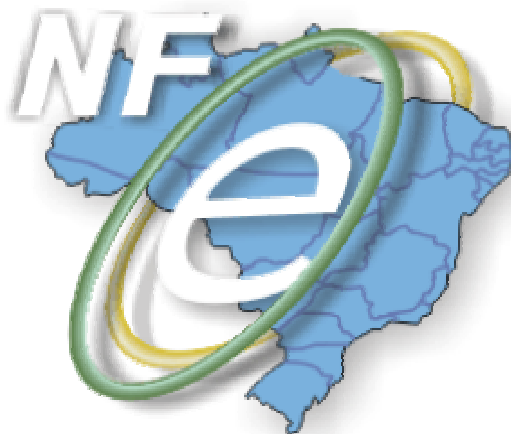


Projeto Nota Fiscal Eletrônica



Nota Técnica 2008/005

**Divulga alteração das regras de negócios
da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**



Agosto-2008



1. Resumo

Divulga as seguintes alterações nas regras de negócios da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e:

- Redução prazo máximo de cancelamento da NF-e (Ato COTEPE 22/08);
- Validação da IE do Substituto Tributário (Convênio ICMS 58/08).

2. Redução no prazo máximo de cancelamento da NF-e

O Ato COTEPE ICMS Nº 22, de 25/06/2008, aprovou a versão 2.0.2a do Manual de Integração da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, com as seguintes alterações:

- alteração da regra H10 do Web Service NfeCancelamento (página 43):

Pedido de cancelamento de NF-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
H10	- Verificar NF-e autorizada há mais de 7 dias (168 horas)	Obrig.	220	Rej.

- alteração do texto da mensagem 220 (página 65):

CÓDIGO	MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO
220	Rejeição: NF-e autorizada há mais de 7 dias (168 horas)

O prazo máximo de cancelamento de uma NF-e passa ser limitada em 7 dias (168 horas) da data de concessão da autorização de uso da NF-e.

A alteração não implica em qualquer modificação nos leiautes das mensagens, permanecendo válidos os Schemas XML do Pacote de Liberação 005a (PL_005a.zip) em vigor.

3. Validação da IE do substituto tributário

O [Convênio ICMS 58/08](#), de 05/06/2008, introduziu a seguinte alteração na cláusula primeira do [Convênio ICMS 51/00](#), de 15/09/2000, que disciplina as operações com veículos automotores novos efetuados por meio de faturamento direto para o consumidor final:

“Cláusula primeira Ficam acrescentados os §§ 2º e 3º à cláusula primeira do [Convênio ICMS 51/00](#), de 15 de setembro de 2000, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para parágrafo primeiro:

“§ 2º A parcela do imposto relativa à operação sujeita ao regime de sujeição passiva por substituição é devida à unidade federada de localização da concessionária que fará a entrega do veículo ao consumidor.

§ 3º A partir de 1º de julho de 2008, o disposto no § 2º aplica-se também às operações de arrendamento mercantil (leasing).”

A alteração cria uma exceção na regra de validação da Inscrição Estadual do Substituto Tributário – IE ST ao determinar que o ICMS da Substituição Tributária – ST calculado na forma prevista no Convênio ICMS 51/00 é devido para a unidade federada de localização da concessionária que fará a entrega do veículo ao consumidor nos casos de faturamento direto de veículos automotores novos para consumidor.

- Criação da regra de validação G13a para verificar se os dados do local de entrega foram informados em uma operação de faturamento direto de veículos automotores novos para consumidor (página 32);

Validação da NF-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G13a	Se informado o tpOP (campo J02 do grupo VeicProd – J01) = “2 - Faturamento direto”: Verificar se foi informado a UF (campo G09 do grupo entrega – G01) necessária na validação da IE ST, nos casos de operação de faturamento direto de veículos automotores novos para consumidor (Convênio ICMS 51/00).	Obrig.	478	Rej.

- Acréscimo da mensagem 478 no item 5.1.1 Tabela de códigos de erros e descrições de mensagens de erros (página 67):

CÓDIGO	MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO
478	Rejeição: Local da entrega não informado para faturamento direto de veículos novos

- Alteração da regra de validação G14 para considerar a UF do local de entrega como UF a ser utilizada na validação, quando se tratar de faturamento direto de veículos automotores novos para consumidor (página 32).

Validação da NF-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G14	IE ST informada: verificar o DV da IE do Substituto Tributário informada. UF a ser utilizada na validação: <ul style="list-style-type: none">• UF do Local de Entrega (UF – G09 do grupo entrega – G01) caso o campo Tipo da operação (tpOP – J02 do grupo VeicProd – J01) tenha sido informado com “2 - Faturamento direto”;• UF do destinatário (UF – E12 do grupo enderDest – E05) nos demais casos. A aplicação deve normalizar a IE ST informada pelo emissor, acrescentando zeros à esquerda para atingir o tamanho padrão da IE da UF de destino se necessário.	Obrig.	211	Rej.

A alteração do Manual de Integração para registro da implementação será realizada quando publicarmos uma nova versão oficial do Manual de Integração.